

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**

ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

Às 14h14min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e o deputado Leleco Pimentel (substituindo o deputado Betão, por indicação da Liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo do Estado e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 17/5/2023: ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Registra-se a saída do deputado Leleco Pimentel e a entrada do deputado Betão. A presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.449/2022, no 2º turno (deputada Andréia de Jesus), e 3.019/2021, no 1º turno (deputada Bella Gonçalves). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.493, 1.569 e 1.573/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.852/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o pagamento do extrateto dos hospitais oncológicos de 2012 a 2023, com a apresentação do cronograma de pagamento e da forma como se dará a correção monetária dos valores investidos por esses hospitais no período citado e com o detalhamento dos valores repassados nos últimos dez anos, por meio de emendas parlamentares federais e estaduais, aos hospitais de

alta complexidade, aos centros de assistência de alta complexidade em oncologia – Cacons – e às unidades de assistência de alta complexidade em oncologia – Unacons – localizados no Estado;

nº 1.906/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a garantia da integridade física do Sr. Geraldo Pires de Oliveira, ameaçado por pessoas armadas quando da desocupação forçada de propriedade rural no Município de Jequitaiá, a qual, supostamente, não cumpre sua função social e na qual são praticados atos lesivos ao meio ambiente;

nº 2.000/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de providências para que seja suprida a necessidade de medicamentos e profissionais de saúde no posto de saúde que atende às comunidades da Ocupação Izidora, na região Norte de Belo Horizonte;

nº 2.001/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – TRE-MG – pedido de providências para que seja realizado mutirão de regularização de título de eleitor nas comunidades da Comunidade Izidora, na região Norte de Belo Horizonte;

nº 2.002/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – Prodabel – pedido de providências para que seja garantido acesso gratuito à internet nas comunidades da Ocupação Izidora, na região Norte de Belo Horizonte;

nº 2.003/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte pedido de providências para que seja realizado mutirão de regularização e inscrição dos moradores da Ocupação Izidora no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico;

nº 2.038/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Saúde pedido de informações sobre as ações da Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que estejam em desenvolvimento no Estado, bem como sobre o número de pessoas atendidas, os municípios envolvidos e os recursos destinados ao cumprimento da citada política pública;

nº 2.040/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja disponibilizada nos respectivos canais oficiais na Internet, em aba específica, a sistematização dos dados sobre crimes e violências envolvendo a população LGBTQIA+;

nº 2.041/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de casos de LGBTfobia ocorridos em ambiente escolar no Estado;

nº 2.043/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para a criação de ações afirmativas e políticas de cotas raciais e LGBT nos concursos e contratações realizadas por esta Casa;

nº 2.081/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca do quantitativo do orçamento do governo do Estado destinado ao atendimento das políticas de proteção, defesa e reparação dos direitos humanos da população LGBTQIA+;

nº 2.083/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que, nos cursos de formação e capacitação dos integrantes da instituição, seja dada ênfase ao preenchimento adequado do campo denominado “orientação sexual” dos Registros de Eventos de Defesa Social – Reds –, haja vista as informações trazidas a essa comissão de que o referido campo, em muitas oportunidades, não é preenchido e a falta desses dados prejudica a consolidação das estatísticas de crimes cujas vítimas são pessoas LGBTQIA+;

nº 2.084/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para o fortalecimento das políticas públicas de trabalho, emprego e renda direcionadas especificamente à população LGBTQIA+, haja vista que a criação de oportunidades de trabalho é a principal forma de autonomia das comunidades dissidentes;

nº 2.086/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca da existência de uma fila de espera no sistema de saúde do Estado para realização do processo transexualizador;

nº 2.087/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas à criação de casa de acolhimento para receber exclusivamente pessoas LGBTQIA+;

nº 2.088/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita ao secretário de Estado de Saúde para colher esclarecimentos a respeito dos fluxos de atendimento de pessoas LGBTQIA+ nas unidades de saúde do Estado, bem como sobre a capacitação dos profissionais envolvidos, a implementação do ambulatório trans, a construção de planos de saúde integral e o acesso à profilaxia pré-exposição especialmente nas periferias, entre outros temas;

nº 2.099/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o desabastecimento de água de famílias atingidas pela mineração de magnetita no Município de Teixeira, na Zona da Mata, empreendimento da mineradora Zona da Mata Mineração S.A.;

nº 2.103/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a urgência da implementação de uma política pública de reparação às vítimas de violência no Estado;

nº 2.199/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de garantia dos direitos humanos dos moradores e egressos das colônias de hanseníase e casas de saúde mantidas pela Fundação Hospitalar de Minas Gerais – Fhemig;

nº 2.211/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Betim, para debater as possíveis violações de direitos humanos e o direito de acesso aos serviços de saúde dos moradores da Colônia Santa Isabel;

nº 2.257/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a urgência na implementação de uma política pública de reparação às vítimas de violência do Estado;

nº 2.259/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à Câmara Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja agilizado o processo de urbanização da região da Izidora;

nº 2.260/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para formalização do direito ao reassentamento digno dos moradores da região da Izidora que forem removidos durante o processo de urbanização;

nº 2.261/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja garantido aos moradores da região da Izidora o recebimento das contas de luz em casa, mês a mês, de forma que não haja atraso nos recebimentos, e para que, quando houver atraso, seja a cobrança do mês em atraso cancelada;

nº 2.262/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Política Urbana e à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam mantidos limpos os lotes de casas demolidas nas ocupações da Izidora, localizadas na região Norte de Belo Horizonte;

nº 2.263/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves e Leninha e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja formulada manifestação de apoio a Karine Roza, cirurgiã-dentista e vereadora no Município

de Serro, por sua luta e seu desempenho parlamentar, ratificando nossa solidariedade diante das inúmeras tentativas de silenciamento por ela sofridas, por parte da Câmara Municipal de Serro, as quais podem culminar na cassação do seu mandato;

nº 2.264/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de Serro pedido de informações sobre a ocorrência de práticas discriminatórias e de violência política, no âmbito dessa casa legislativa, contra a vereadora Karine Roza, esclarecendo-se quais medidas estão sendo adotadas para a eliminação e a repreensão dessas condutas e encaminhando-se a esta Casa o vídeo com a íntegra da reunião realizada pela referida câmara em 3/5/2023;

nº 2.265/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Congonhas pedido de providências para o cumprimento da decisão judicial proferida no âmbito da ação civil pública ajuizada pela Federação das Comunidades Quilombolas no Estado de Minas Gerais, no que toca à paralisação imediata das obras de construção de conjunto habitacional situado dentro do território ancestral do Quilombo do Campinho, nos termos solicitados durante audiência pública realizada pela comissão em 19/5/2023, com a finalidade de debater o direito dos povos e comunidades tradicionais aos territórios e à consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho;

nº 2.266/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, à Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, da Defensoria Pública de Minas Gerais, à 6ª Câmara do Ministério Público Federal – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, ao Supremo Tribunal Federal, à Organização Internacional do Trabalho – Escritório no Brasil, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos, as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o direito dos povos e comunidades tradicionais aos territórios e à consulta prévia, livre e informada em face de quaisquer medidas administrativas ou legislativas em seus territórios, tendo em vista a abertura do I Encontro Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais;

nº 2.267/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao diretor da Organização Internacional do Trabalho – OIT Brasil – pedido de informações sobre o posicionamento da organização no que se refere à Resolução Conjunta Sedese-Semad nº 1, de 4 de abril de 2022, que regulamenta a consulta livre, prévia e informada promovida pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de que sejam consultados os povos interessados, mediante procedimentos apropriados, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

nº 2.268/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira, Leninha e Macacé Evaristo e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada visita à terra indígena Cinta Vermelha de Jundiba, no Município de Araçuaí, para conhecer as condições da comunidade, com foco na garantia dos direitos individuais e coletivos inerentes aos povos e comunidades tradicionais, inclusive diante dos impactos decorrentes de atividades econômicas, a exemplo da mineração e do projeto Vale do Lítio na região;

nº 2.269/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre o posicionamento ou parecer do órgão a respeito da Resolução Conjunta Sedese-Semad nº 1, de 4 de abril de 2022, que regulamenta a consulta livre, prévia e informada promovida pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de que sejam feitas consultas aos povos interessados, mediante procedimentos apropriados, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

nº 2.270/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre os procedimentos adotados pelo órgão para o devido acompanhamento dos povos e comunidades tradicionais, esclarecendo-se a forma ou a metodologia implementada para o comparecimento de agentes ou equipes vinculadas à pasta nas diversas regiões do Estado;

nº 2.271/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao governo do Estado pelo lançamento do Vale do Lítio, sem a realização da devida consulta dos povos e comunidades tradicionais, em especial das comunidades do Vale do Jequitinhonha, em inobservância aos termos da Convenção nº 169 da OIT, em que pese a extensão de tal projeto, que perpassa os seguintes 14 municípios mineiros: Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul, Virgem da Lapa, Teófilo Otoni, Turmalina, Rubelita e Salinas;

nº 2.274/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada visita à Penitenciária Jason Albergaria, no Município de São Joaquim de Bicas, para verificar as condições de encarceramento da população LGBTQIA+, as denúncias de violência, os altos índices de suicídio e as constantes mudanças na direção da unidade prisional;

nº 2.275/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao prefeito municipal de Congonhas pedido de informações consubstanciadas no detalhamento das fontes de financiamento do empreendimento Conjunto Habitacional Morada Segura, com previsão de ser construído no território do Quilombo do Campinho, bem como no valor estimado de cada unidade habitacional;

nº 2.276/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao ministro das Cidades e à presidente da Caixa Econômica Federal pedido de informações consubstanciadas no detalhamento das fontes de financiamento do empreendimento Conjunto Habitacional Morada Segura, com previsão de ser construído no território do Quilombo do Campinho, bem como no valor estimado de cada unidade habitacional;

nº 2.292/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e do deputado Betão, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Apresentação das ações que têm sido implementadas pela instituição para prevenção, mitigação, preparação e resposta em caso de rompimento de barragens no Estado”; “Mapeamento das barragens, em qualquer grau de risco, no que se refere às áreas, comunidades, famílias e biomas afetados em caso de rompimento”; e “Apresentação das ações e respostas que têm sido implementadas pelo sistema de defesa civil para recuperação das áreas já atingidas por rompimentos de barragens e de áreas de vulnerabilidade social”;

nº 2.295/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e do deputado Betão, em que requerem seja informado à Mesa da ALMG que o tema “Balanço das políticas públicas de promoção e reparação em direitos humanos do Estado, com foco no atendimento prestado pelos equipamentos Casa de Direitos Humanos e centros de referência em direitos humanos e no funcionamento do projeto Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos SER-DH” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022;

nº 2.297/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e do deputado Betão, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais o tema definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Apresentação das ações de combate aos crimes de LGBTfobia e de racismo; das

ações de capacitação e especialização dos servidores para o atendimento a esses públicos; dos dados disponíveis e sistematizados para monitorar, avaliar e aprimorar as políticas de prevenção e repressão a esses crimes; do número desses crimes (registrados, em investigação, concluídos e solucionados); e do tempo médio de investigação desses crimes”;

nº 2.299/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e do deputado Betão, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais o tema definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Informações sobre as ordens de desocupação cumpridas pela PMMG, especificando-se quantas e quais foram cumpridas e quantas estão pendentes de cumprimento; quantas famílias foram afetadas e quais os encaminhamentos dados ou a serem dados a essas famílias; e quais os protocolos internos vigentes na instituição para dar cumprimento às normas de garantia de direitos humanos em caso de remoções forçadas e para garantir os fluxos com as instâncias de mediação, como a Mesa Estadual, e as determinações da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828, em trâmite no Supremo Tribunal Federal”;

nº 2.301/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e do deputado Betão, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados à secretária de Estado de Desenvolvimento Social os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Apresentação dos dados sobre a gestão dos centros de referência em direitos humanos no Estado, especificando-se quantos centros estão em funcionamento e qual a destinação de recursos para a execução de ações e projetos relacionados ao tema”; “Apresentação de dados relacionados com as políticas de direito à moradia: número de moradias construídas pelo Estado destinadas à população de baixa renda”; “Planejamento e cronograma de entregas das políticas e ações previstas no âmbito da recém-criada Subsecretaria de Política de Habitação”; “Número de imóveis da Cohab colocados à disposição para alienação, número dos que foram efetivamente alienados, valor global arrecadado e destinação dos referidos valores, especificando-se o tamanho dos imóveis em metros quadrados e sua respectiva localização”; “Apresentação do número de conflitos que se encontram em negociação e quais e quantos conflitos foram efetivamente solucionados por meio da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, detalhando-se a localidade e a quantidade das famílias afetadas”; e “Valores de que a Mesa dispõe para a solução dos conflitos pendentes, para fins de permuta e desapropriações”;

nº 2.304/2023, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves e do deputado Betão, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado ao secretário de Estado de Segurança Pública o tema definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Apresentação dos programas de prevenção social à criminalidade no Estado: Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!, Programa Mediação de Conflitos, Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais, Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional, Programa Se Liga e Programa Selo Prevenção Minas e os recursos aplicados para a execução deles”.

A presidência indaga aos membros da comissão se estão de acordo com a alteração do horário das reuniões ordinárias da comissão das 14 horas para as 15h30min, às quartas-feiras. Estando todos de acordo, a presidência fixa o novo horário das reuniões ordinárias para as quartas-feiras, às 15h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

Às 16h12min, comparecem à reunião as deputadas Lohanna e Macaé Evaristo e os deputados Professor Cleiton e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela comissão do Tema em Foco. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, publicado no *Diário do Legislativo* em 18/5/2023. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.647/2022 e 381/2023, no 1º turno, e 3.678/2022, em turno único (Macaé Evaristo); 3.973/2022 e 285/2023, no 1º turno, e 4.033/2022, em turno único (Bosco); 1.086/2029, no 2º turno, e 4.020/22 e 420/2023, em turno único, (Mauro Tramonte); 3.219/2021 e 3.675/2022, no 1º turno (Lohanna); 934/2019, em turno único, e 3.789 e 3.870/2022, no 1º turno (Professor Cleiton). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.086/2019 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Mauro Tramonte); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.012/2021 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Professor Cleiton); 3.647/2022 e 381/2023 na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Macaé Evaristo) e 3.675/2022 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Lohanna). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 934/2019, 3.678, 4.020, 4.033/2022 e 420/2023, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.496, 1.528 e 1.535 a 1.539/2023. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.491/2021 e 3.755/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.095/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Banda de Música Lira Joaquim Braga pelos relevantes serviços culturais e de preservação da história musical prestados à população de Ribeirão Vermelho e também ao Estado de Minas Gerais;

nº 2.105/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG –, em Belo Horizonte pedido de informações sobre os motivos pelos quais empresas com Cnae 5911-1/99 – atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão – e Cnae 5912-0/99 – atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão – encontram-se impedidas de operar com o BDMG; e, caso não haja o citado impedimento, sejam solicitadas informações sobre os programas de financiamento atualmente praticados pelo banco que impedem a adesão pelas referidas empresas, citando-se os motivos do impedimento;

nº 2.272/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Acir Antão, jornalista, por mais de cinco décadas de dedicação e audiência do seu programa na Rádio Itatiaia;

nº 2.278/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a mineira Giulia Izabelly Dias Moreira Jesus por ter sido eleita Miss Brasil Pré-Teen Kids 2023;

nº 2.314/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância para a cultura de Minas Gerais do programa “Acir Antão”, da Rádio Itatiaia, no ar há mais de cinco décadas, e para proceder à entrega do diploma referente aos votos de congratulações com seu apresentador;

nº 2.320/2023, dos deputados Bosco, Professor Cleiton e Mauro Tramonte e das deputadas Lohanna e Macaé Evaristo, em que requerem sejam informados ao Secretário de Estado de Comunicação os temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Relação de campanhas que estão sendo veiculadas e que estão em planejamento para a divulgação de Minas Gerais como destino turístico, em particular após a aprovação da Lei nº 24.090, de 2022, que buscou facilitar a divulgação da cultura, do turismo e da gastronomia do Estado fora do território mineiro”; e “Detalhamento dos programas e ações que serão consignados no Plano Plurianual de Ação Governamental e no orçamento para os próximos anos”;

nº 2.321/2023, das deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Mauro Tramonte e Professor Cleiton, em que requerem sejam informados ao presidente da Empresa Mineira de Comunicação – EMC – os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, que são os seguintes: “Especificação das ações já concretizadas e daquelas ainda em curso para a viabilização da ampliação do sinal das emissoras da EMC, de modo a alcançar todo o território do Estado e integrar as diferentes regiões, e especificação de quais medidas estão sendo tomadas no que se refere a emissoras de TV educativas de Minas Gerais, lideradas pela Associação Mineira de Rádio e Televisão – Amirt –, que estariam em processo de migração da Rede Minas para a TV Cultura de São Paulo, conforme carta de intenção assinada com o governo do Estado de São Paulo em 22/10/2020”; “Esclarecimentos sobre como será resguardado o cumprimento das finalidades educativas e culturais das emissoras da EMC sob vinculação da Secom, tendo em vista que as competências atribuídas ao órgão (incisos I a III do art. 18 da Lei nº 24.313, de 28/4/2023) não alcançam essas finalidades”; e “Especificação de compromissos da nova secretaria para garantir a não intervenção política na programação das emissoras, a vedação de censura prévia aos conteúdos a serem veiculados e de qualquer cerceamento da liberdade de expressão de profissionais da comunicação, servidores, artistas e público dessas emissoras”;

nº 2.323/2023, das deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Mauro Tramonte e Professor Cleiton, em que requerem sejam informados ao secretário de Estado de Cultura e Turismo os temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Expectativa de desarquivamento, pelo governador do Estado, do Projeto de Lei nº 2.976/2021, conhecido por ‘Descentra Cultura Minas Gerais’, para alterar a Lei nº 22.944, de 15/1/2018, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva”; “Especificação das readequações que seriam desejáveis no Projeto de Lei nº 2.976/2021 e das inovações que são nele propostas para os mecanismos de descentralização de recursos para a cultura, tanto no que se refere à regionalização quanto à incorporação de novos segmentos, agentes e linguagens como destinatários desses recursos, nos termos do Plano Estadual de Cultura”; “Detalhamento das ações já concretizadas e daquelas ainda em curso para a viabilização da aplicação dos recursos oriundos das Leis Federais Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2 e esclarecimentos sobre os mecanismos que estão sendo implantados para a efetiva desconcentração dos seus recursos, tanto no que se refere aos valores a serem recebidos pelo Estado quanto no apoio aos municípios, para que viabilizem essa aplicação em âmbito local”; “Situação e efetividade do apoio à economia criativa em Minas Gerais, bem como integração das políticas de fomento à cultura, ao turismo e à gastronomia, com vistas à dinamização e à sinergia de arranjos que viabilizem planejamento, investimento e capacitação e mútua cooperação entre agentes e iniciativas das diferentes cadeias produtivas”;

nº 2.324/2023, das deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Professor Cleiton e Mauro Tramonte, em que requerem seja informado à Mesa da ALMG que o tema “Financiamento à cultura em Minas Gerais: destinação dos recursos federais

oriundos das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2 e instituição do programa Descentra Cultura” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2023.

Professor Cleiton, presidente – Lohanna.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/5/2023

Às 9h40min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Leonídio Bouças. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância da presença de equipes multiprofissionais com psicólogos e assistentes sociais nas escolas e identificar como tem sido realizada sua implementação para a mediação das relações e conflitos nas escolas das redes públicas do Estado, nos termos da Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Klauze Silva, assistente social, do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, representando a coordenadora do conselho; e Patrícia Queiroz de Aragão, diretora de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais da Secretaria de Estado de Educação, representando o secretário; e os Srs. Celso Francisco Tondin, do Conselho Regional de Psicologia; Paulo Henrique Rodrigues, superintendente de Desenvolvimento e Avaliação da Secretaria de Estado de Educação, também representando o secretário; e Raynel Antônio da Costa, diretor da Escola Estadual Antônio da Costa Pereira. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Lohanna.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/5/2023

Às 9h44min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a Política Estadual de Segurança Pública, especialmente em relação às condições para a realização do policiamento ostensivo, ponto que abrangerá a adoção da modalidade de policiamento unitário. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais, solicitando que a comissão realize uma solenidade para comemoração dos 20 anos do Comando de Operações Especiais do Sistema Prisional de Minas Gerais; e

ofício do Sindicato dos Policiais Penais de Minas Gerais, publicado no Diário do Legislativo em 25/5/2023. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.817/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.363/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Nicole Perim Martins, delegada de polícia, os Srs. Luis Enrique Martins, Henrique Souto Farias e Paulo Rosa, investigadores de polícia, e a Sra. Camila Soares Teixeira, escrivã de polícia, da equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Vespasiano, pela ação célere e eficaz que possibilitou a identificação e a prisão de um homem de 49 anos suspeito de abusar sexualmente de crianças na capital e na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 2.385/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de pedidos de reconvocação de policiais militares que estão pendentes, aguardando parecer da corporação;

nº 2.407/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os delegados Diego Nolasco Rego e Ana Paula Kich Gontijo, a inspetora Marina Carneiro Braz, o subinspetor Lúcio Paulo Braga, os escrivães Bárbara Nunes Cunha, Ana Carolina Lemos e Walter Leonardo Magalhães e os investigadores Pollyanna Gabriela da Silva Oliveira, Álvaro Antônio Lovisi Salles e Herbert Sanuhe Coelho, pela brilhante investigação e operação que resultou na prisão de onze traficantes que coagiam e torturavam moradores de Mateus Leme, na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 2.412/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja acrescido ao detalhamento do tema a ser apresentado na reunião de Prestação de Contas da gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, a seguinte informação: convocação de aprovados na prova objetiva para as demais fases previstas em editais de concursos públicos;

nº 2.413/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e aos membros do Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de providências para convocar, com urgência, para as demais fases de seleção e classificação, os candidatos aprovados na prova objetiva do concurso público para provimento do cargo de investigador (Edital nº 5/2021), ressaltando-se que a medida é imprescindível ao atendimento do anúncio feito pelo vice-governador eleito, Mateus Simões, durante entrevista para a Rádio Itatiaia, no dia 4/12/2022, uma vez que para as nomeações anuais, é preciso formar candidatos aptos a tanto, destacando-se que, em 2009, no âmbito do concurso público para provimento do cargo de agente de polícia, foi publicada a Portaria nº 011/DRS/ACADEPOL/PCMG/2009, que convocou 3052 candidatos aprovados na prova objetiva para realizarem as demais fases do certame, mesmo após a homologação de tal certame, que também previa cláusula restritiva;

nº 2.414/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral da República, à Defensoria Pública da União, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Distrito Federal e ao governador do Estado pedido de providências para, em cumprimento ao art. 103 da Lei nº 7.210 de 1984, determinar a transferência dos cidadãos mineiros presos em Brasília, detidos entre os dias 8 e 11 de janeiro, para estabelecimentos prisionais próximo ao seu meio social e familiar;

nº 2.415/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre os serviços previstos no portfólio da corporação, com o detalhamento de quais são executados;

nº 2.416/2023, dos deputados Sargento Rodrigues, Eduardo Azevedo e Delegado Christiano Xavier, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado pedido de providências com vistas a apoiar a equipe técnica nas reuniões de prestação de contas da gestão relativa à política de segurança pública, a serem realizadas em 20/6/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando ainda o disposto em seu art. 73, especialmente nos dispositivos citados a seguir: “Art. 73 – A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz. §1º – Os atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado e de entidade da administração indireta se sujeitarão a: (...) II – controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, com o auxílio do tribunal de Contas; (...) § 2º – É direito da sociedade manter-se correta e oportunamente informada de ato, fato ou omissão imputáveis a órgão, agente político, servidor público ou empregado público e de que tenham resultado ou possam resultar: I – ofensa à moralidade administrativa, ao patrimônio público e aos demais interesses legítimos, coletivos ou difusos; II – prestação de serviço público insuficiente, tardia ou inexistente; III – propaganda enganosa do poder público; IV – inexecução ou execução insuficiente ou tardia de plano, programa ou projeto de governo; V – ofensa a direito individual ou coletivo consagrado nesta Constituição”;

nº 2.417/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convocado o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, com a finalidade de debater a Política Estadual de Segurança Pública, especialmente em relação às condições para a realização do policiamento ostensivo, ponto que abrangerá a adoção da modalidade de policiamento unitário.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência deixa de realizar audiência pública em razão da ausência da Polícia Militar de Minas Gerais.

A presidência suspende a reunião por tempo indeterminado e, após o decurso do prazo, esta é encerrada.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente – Coronel Sandro – Delegado Christiano Xavier – Gustavo Valadares.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/5/2023

Às 9h33min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância da valorização e carreira dos especialistas em educação básica e suas condições de trabalho no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, a presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carmen Teixeira Soares e Lima, presidente do Sindicato dos Especialistas em Educação Básica – Sindespe-MG; Dilma Sather Rocha, diretora de Núcleos do Sindespe-MG; Flaviany Gois Pereira de Brito, especialista em Educação da Escola Estadual Professor Paulo Freire, em Governador Valadares; Geovanna Passos Duarte, presidente da Associação Mineira de Inspectores Escolares – Amie; Islane da Silva Pedro, vereadora da Câmara Municipal de Janaúba; Marcelle Amador, diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG –, representando a coordenadora-geral; e Paula Teixeira Dal Ferro Santos, especialista de Educação Básica da Escola Estadual Anita Brina Brandão – SRE Metropolitana C; e os Srs. Edno Geraldo da Silva Rocha, membro da diretoria do Sindespe-MG; Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior, assessor-chefe de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Educação o secretário; e Luiz Antônio Vieira, representante do Sind-UTE-MG – Subsede Unai. Registra-se a presença das deputadas Macaé Evaristo e Ana Paula Siqueira. A presidenta faz as considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Logo após, concede a palavra às deputadas presentes. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a

presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/5/2023

Às 15h10min, comparecem à reunião a deputada Lohanna e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater o relatório do Observatório Itaú Cultural sobre a participação da cultura no PIB brasileiro. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A deputada Lohanna retira-se da reunião. Registra-se a presença do deputado Mauro Tramonte. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Giovanna Penido, articuladora da Frente da Moda Mineira e ocupante da Cadeira de Moda da Consec; e Paula Ziviani, pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas; e os Srs. Igor Arci Gomes, subsecretário de Estado de Cultura e Turismo; Makely Oliveira Soares Gomes, músico e produtor cultural; Fausto Sebastiao Izac, vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL; Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca, pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural – ODC; e José Carlos Coelho Perdigão, editor de moda. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registram-se as presenças da deputada Macaé Evaristo e do deputado Leleco Pimentel. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. O deputado Mauro Tramonte retira-se da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.369/2023, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Lohanna, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. Emerson Penha, jornalista, pela produção do filme *Estrada Natural*, longa-metragem que conta a história da Estrada de Ferro Bahia-Minas, que era praticamente a única ligação entre os municípios do Vale do Jequitinhonha, carregando pessoas e mercadorias e tudo o que era comercializado entre as cidades: produção agrícola, artesanatos, comércio em geral;

nº 2.481/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da moda para a cultura de Minas Gerais;

nº 2.482/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cultura pedido de providências para a retomada dos estudos para definição da conta-satélite de cultura, instrumento internacionalmente utilizado para fazer a mensuração e sistematização dos dados econômicos de um dado setor, trazendo informações como emprego, renda, consumo, produção, faturamento, entre outros indicadores culturais relevantes;

nº 2.484/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a implantação do Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais, seja por meio da constituição de um observatório, como já anunciado em edições anteriores do Assembleia Fiscaliza, seja por intermédio de plataformas *on-line* ou instrumentos congêneres;

nº 2.485/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cultura pedido de providências para que, em conjunto com os demais órgãos responsáveis, promova a classificação própria para as diferentes atividades artísticas e culturais – de modo a facilitar a profissionalização e a fomentar a identificação de dados econômicos que melhor reflitam o

impacto dessas atividades no País –, em cadastros e registros específicos do código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Cnae;

nº 2.488/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cultura pedido de providências para que retome os debates sobre o projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Pró-Cultura;

nº 2.489/2023, dos deputados Professor Cleiton e Leleco Pimentel e da deputada Macaé Evaristo, em que requerem sejam encaminhadas ao diretor de Cultura e Economia Criativa do BNDES as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o relatório do Observatório Itaú Cultural sobre a participação da cultura no PIB brasileiro;

nº 2.490/2023, dos deputados Professor Cleiton e Leleco Pimentel e da deputada Macaé Evaristo, em que requerem sejam encaminhadas ao presidente do Observatório Itaú Cultural as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o relatório do referido observatório sobre a participação da cultura no PIB brasileiro, oportunidade em que foram apresentadas sugestões para aprimoramento das futuras edições;

nº 2.491/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cultura pedido de providências para que promova as necessárias articulações institucionais com vistas a debater e viabilizar a criação de uma agência nacional da música, nos moldes da Agência Nacional do Cinema – Ancine.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2023.

Professor Cleiton, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/6/2023, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 623/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, que acrescenta dispositivos à Lei nº 20.922, de 16 de outubro 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.240/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, que dispõe sobre a Política Estadual do Biogás e Biometano e dá outras providências. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.303/2018, do deputado Doutor Jean Freire, que cria a Política Estadual de Compostagem dos Resíduos Orgânicos do Processamento de Alimentos nas unidades dos restaurantes populares estaduais e nas escolas da rede pública estadual de educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 765/2019, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a destinação de investimentos em energia solar fotovoltaica para bombeamento de poços artesianos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Minas e Energia e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.032/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, que institui a Política Estadual de Bioinsumos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Agropecuária, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.946/2022, do governador do Estado, que ratifica o protocolo de intenções para a constituição do Consórcio Interestadual sobre o Clima – Consórcio Brasil Verde. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Meio Ambiente e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/6/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/6/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 587/2019, do deputado Douglas Melo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.071/2021, do deputado Raul Belém.

Requerimento nº 2.003/2023, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a estrutura atual do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, especificamente no que tange aos recursos materiais e logísticos disponíveis para a adequada prestação de respectiva função.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/6/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 6/6/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/6/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.714/2021, do deputado Agostinho Patrus.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.003/2022, do deputado João Vítor Xavier.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.776/2023, da Comissão de Segurança Pública; e 1.941 e 1.942/2023, do deputado João Vítor Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/6/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/6/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.220/2016, do deputado Noraldino Júnior; e 3.720/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.832/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.833/2023, da deputada Marli Ribeiro; e 2.006 e 2.007/2023, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a debater, com o diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, as condições das rodovias estaduais bem como os projetos futuros.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 6/6/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 1.940/2023, da deputada Maria Clara Marra.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 6 de junho de 2023, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei n°s 5.240/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, que dispõe sobre a Política Estadual do Biogás e Biometano e dá outras providências; 5.303/2018, do deputado Doutor Jean Freire, que cria a Política Estadual de Compostagem dos Resíduos Orgânicos do Processamento de Alimentos nas unidades dos restaurantes populares estaduais e nas escolas da rede pública estadual de educação; 623/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, que acrescenta dispositivos à Lei nº 20.922, de 16 de outubro 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado; 765/2019, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a destinação de investimentos em energia solar fotovoltaica para bombeamento de poços artesanais; 3.032/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, que institui a Política Estadual de Bioinsumos; e 3.946/2022, do governador do Estado, que ratifica o protocolo de intenções para a constituição do Consórcio Interestadual sobre o Clima – Consórcio Brasil Verde; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de junho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tito Torres, Enes Cândido, Zé Guilherme e Zé Laviola, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 6/6/2023, às 10h15min e às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2023.

Doorgal Andrada, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Nayara Rocha e os deputados Celinho Sintrocél, Caporezzo e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/6/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei n°s 3.512/2022, do deputado Arnaldo Silva, e 3.926/2022, dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei n°s 5.376/2018, da deputada Rosângela Reis; 1.111/2019, do deputado Léo Portela; 2.203/2020, do deputado Tito Torres; 3.791/2022, do deputado Alencar da Silveira Jr., 3.833/2022, do deputado Gil Pereira, 3.909/2022, do deputado Professor Wendel Mesquita, e 3.962/2022, da deputada Andréia de Jesus; e 210/2023, do deputado Charles Santos, e 259/2023, do deputado Tito Torres; de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 1.793/2023, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; e 1.820/2023, da deputada Leninha e do deputado Celinho Sintrocél; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2023.

Betão, presidente.

 **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 210/2023****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Charles Santos, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Social Cultural e Esportiva Impacto de Itabirito – Asceii –, com sede no Município de Itabirito.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública Associação Social Cultural e Esportiva Impacto de Itabirito – Asceii –, com sede no Município de Itabirito, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca promover políticas públicas para criança e adolescente, jovem, idoso e de combate as drogas, incentivando a participação da população de Itabirito em projetos e programas de cunho social na vida da associação, com o objetivo de fortalecer o exercício da cidadania.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Social Cultural e Esportiva Impacto de Itabirito – Asceii –, com sede no Município de Itabirito consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 210/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2023.

Betão, relator.

 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 5/6/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Marco Ivan Virgilino, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Daniele de Andrade Queiroz Nery, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/6/2023, o servidor José Raimundo da Cruz, CPF nº 549.936.526-15, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria, padrão VL-55, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 16/2023

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 37/2023

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 23/6/2023, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva de mobiliário, com fornecimento de peças.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 5 de junho de 2023.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/6/2023, na pág. 54, onde se lê:

“Karen Junia do Prado Martins”, leia-se:

“Karem Júnia do Prado Martins”.